

FOLHA DE ROSTO PARA PRODUTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

| Identificação | | | |
|--|---|--------------------------------------|---|
| Consultor(a) / Autor(a): Luis Tadeu Assad | | | |
| Número do Contrato: Carta de Compromisso para Agência Implementadora Nº 215004 | | | |
| Nome do Projeto: Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/14/001 – Mudanças Climáticas – EEN – Ministério do Meio Ambiente - MMA e IABS como Agência Implementadora | | | |
| Oficial/Coordenador Técnico Responsável: Romélia Moreira de Souza | | | |
| Data /Local: 06/03/2015 | | | |
| Classificação | | | |
| Temas Prioritários do IICA | | | |
| Agroenergia e Biocombustíveis | | Sanidade Agropecuária | |
| Biotecnologia e Biosegurança | | Tecnologia e Inovação | x |
| Comércio e Agronegócio | | Agroindústria Rural | |
| Desenvolvimento Rural | x | Recursos Naturais | x |
| Políticas e Comércio | | Comunicação e Gestão do Conhecimento | x |
| Agricultura Orgânica | | Outros: | |
| Modernização Institucional | x | | |
| Palavras-Chave: | | | |
| Prevenção, controle e combate à desertificação. Prêmio Mandacaru. Convivência com o semiárido. Centro Xingo. | | | |
| Resumo | | | |
| Título do Produto: | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • P1.1. Relatório da reunião • P2.1 Relatório contendo o informe mensal da utilização do Centro Xingó • P.3.1 Documento contendo o planejamento com indicadores do DCD/SEDR/MMA • P4.3 Artigos Publicados | | | |
| Resumo dos Produtos: | | | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Relatório da reunião preparativa e de alinhamento do PCT. 2. Relatório contendo o informe mensal da utilização do Centro Xingó no ano 2015. 3. Planejamento com indicadores de esforços para alcance dos objetivos e recomendações do DCD/SEDR/MMA do ano de 2015 4. Relatório da reunião com o CDS/UnB sobre a publicação da revista <i>Sustentabilidade em Debate</i> | | | |
| Qual Objetivo Primário do Produto? | | | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento, apoio, organização, sistematização e difusão de boas práticas de combate à desertificação e convivência com a semiaridez por meio do banco de experiências do Prêmio Mandacaru e ações do DCD/SEDR/MMA; 2. Ampliação e fortalecimento de iniciativas de capacitação e formação técnica no Centro Xingó, como unidade demonstrativa de boas práticas de Convivência com a semiaridez, em ações conjuntas entre o IABS e o DCD/SEDR/MMA; 3. Assessoria técnica ao DCD/SEDR/MMA para acompanhamento metodológico de ações nacionais e internacionais em curso viabilizadas pelas parcerias articuladas para o Combate à Desertificação/MMA. 4. Sistematização e publicação dos resultados relevantes obtidos no âmbito das iniciativas de | | | |



cooperação técnica desenvolvidas

Que Problemas o Produto deve Resolver?

- O relatório do Plano de utilização do Centro Xingó no ano 2015 para o mês 2.
- A publicação de artigos científicos sobre a temática do combate à desertificação na revista científica nacional especializada, *Sustentabilidade em Debate*, da Universidade de Brasília.

Como se Logrou Resolver os Problemas e Atingir os Objetivos?

- No mês 1 se realizou o Planejamento de utilização do Centro Xingó para o ano 2015
- Se adiantou a gestão para a publicação da revista *Sustentabilidade em Debate* da Universidade de Brasília.

Quais Resultados mais Relevantes?

Plano de utilização do Centro Xingó, indicadores e recomendações do DCD/SEDR/MMA.

O Que se Deve Fazer com o Produto para Potencializar o seu Uso?

Seguimento aos encaminhamentos das reuniões.
Articulação do Plano de utilização do Centro Xingó no planejamento de outras atividades que estejam relacionadas em ações no semiárido e com IABS.

PRODUTO P1.1 da Atividade A1.1 - Reunião preparativa e de alinhamento:

**RELATÓRIO DA REUNIÃO PREPARATIVA E
DE ALINHAMENTO DO PROJETO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA BRA/IICA/14/001 –
MUNDANÇAS CLIMÁTICAS – EEN –
MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE – MMA E O
INSTITUTO BRASILEIRO DE
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE –
IABS COMO AGENCIA IMPLEMENTADORA**

**Carta de Compromisso Nº 215004, assinada
entre o IICA, o MMA e o IABS**

Brasília D.F.

Fevereiro de 2015



Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade

IABS – Agencia Implementadora

Carta de Compromisso Nº 215004, assinada entre o IICA, o MMA e o IABS

Reunião Preparativa e de Alinhamento PCT/IICA/MMA

Data: 23 de janeiro de 2015

Hora: 9:00 h

Lugar: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – Brasília DF.

Sumario

| | Pág. |
|--------------------------------------|------|
| OBJETIVOS DO PCT..... | 3 |
| PARTICIPANTES DO COMITE GESTOR | 3 |
| PONTOS DE PAUTA | 4 |
| ASSUNTOS TRATADOS | 4 |
| CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS..... | 8 |

OBJETIVOS DO PCT

1. Levantamento, apoio, organização, sistematização e difusão de boas práticas de combate à desertificação e convivência com a semiáridade por meio do banco de experiências do Prêmio Mandacaru e ações do DCD/SEDR/MMA;
2. Ampliação e fortalecimento de iniciativas de capacitação e formação técnica no Centro Xingó, como unidade demonstrativa de boas práticas de Convivência com a semiáridade, em ações conjuntas entre o IABS e o DCD/SEDR/MMA;
3. Assessoria técnica ao DCD/SEDR/MMA para acompanhamento metodológico de ações nacionais e internacionais em curso viabilizadas pelas parcerias articuladas para o Combate à Desertificação/MMA.
4. Sistematização e publicação dos resultados relevantes obtidos no âmbito das iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas na presente **Carta Compromisso**.

PARTICIPANTES DO COMITÊ GESTOR

Gertjan Beekman - Coordenador da Área de Recursos Naturais, Gestão Ambiental e Adaptação às Mudanças Climáticas - IICA

gertjan.beekman@iica.int

Romelia Souza - Consultora da área de Agricultura, Manejo dos Recursos Naturais e Mudanças Climáticas - IICA

romelia.souza@iica.int

Kilmara Ramos - Consultora da Área de Agricultura, Manejo dos Recursos Naturais e Mudanças Climáticas - IICA

kilmara.ramos@iica.int

Vânia Trajano - Núcleo de Projetos - Diretoria de Combate à Desertificação - DCD-SEDR/MMA

vania.trajano@iica.int



Luís Tadeu Assad - Doutor em Desenvolvimento Sustentável – Diretor Presidente de IABS

assadmar@iabs.org.br

Paulo Sandoval Junior - Pós-Graduação em Redes de Processamento de Dados - Pós-Graduação em Redes de Processamento de Dados de IABS

paulo@iabs.org.br

Angela López – Est. Mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Humano e Cooperação – Assessora de Diretoria

angela@iabs.org.br

PONTOS DE PAUTA

1. Missão Interinstitucional IABS/UPM/MMA/IICA
2. Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/IICA/14/001

ASSUNTOS TRATADOS

1. Missão Interinstitucional IABS/UPM/MMA/IICA

Tadeu Assad fez a introdução a missão institucional que será realizada conjuntamente entre o Departamento de Combate à Desertificação/Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, o Centro de Inovação em Tecnologia para o Desenvolvimento Humano da Universidade Politécnica de Madrid – itdUPM e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS, em relação com a Convivência com o Semiárido e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Entre os dias 2 a 5 de fevereiro, tem projetado visitar áreas para fazer os Arranjos Locais para execução e ações dentro da rede institucional criada, entre as quais se encontram

como possibilidades: a. Xingó e entorno em Alagoas, b. Juazeiro do Norte e Araripe no Estado de Ceará e c. Campina Grande, mais serão definidas segundo as possibilidades logísticas principalmente.

O dia 6 de fevereiro será desenvolvida uma jornada de reuniões institucionais em Brasília.

A sua vez se compõe de três partes: a). Reconhecimento técnico e arranjo institucional local, b). Formalização institucional de parcerias e c). Operacionalização da missão com um representante do itdUPM.

O processo se encontra ainda na definição de participantes entre as instituições envolvidas e definição da agenda.

Os representantes da Universidade Politécnica de Madri seriam:

- Manuel Sierra, Diretor de Cooperação da Universidade Politécnica de Madrid. Adjunto do Vice Reitor de Relações Internacionais - itdUPM
- Carlos Mataix, Diretor do Centro de Inovação em Tecnologia para o Desenvolvimento Humano da Universidade Politécnica de Madrid - itdUPM
- Jaime Moreno, Diretor Técnico do Centro de Inovação em Tecnologia para o Desenvolvimento Humano da Universidade Politécnica de Madrid – itdUPM

O Dr. Gertjam Beekman enfatizou na importância do ponto de vista participativo da missão, mencionando diversos contatos institucionais que podem ser envolvidas no processo.

Posteriormente foi coordenado a gestão de transporte dos integrantes da missão entre os lugares a visitar.

2. Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/IICA/14/001

Para acompanhamento do processo tanto administrativo como na cobrança dos produtos, por parte de IABS será feito por Angela López e por parte do IICA Romelia Souza.

Para o cumprimento dos objetivos do PCT com um aporte de R\$ 680.000,00 para a implementação das atividades expressas no Termo de Referencia que se encontra como

Anexo I da Carta de Compromisso para Agencia Implementadora N° 215004, com uma duração de 11 meses, se resolveram as seguintes duvidas:

- *Recursos financeiros.* Será executado segundo as Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral da Agencia Brasileira de Cooperação (<http://www.abc.gov.br/ApresentacaoProjeto/Multilateral>), ressaltando o seguinte:

5.8. O instrumento de celebração da incorporação de uma Agência Implementadora ao projeto de cooperação técnica internacional deve definir, no mínimo, as seguintes obrigações e responsabilidades:

- a) o objeto e as atividades a serem realizadas pela Agência Implementadora;*
- b) as responsabilidades da instituição executora nacional, da instituição ou entidade que atuará como Agência Implementadora e, ainda, do cooperante externo;*
- c) o valor a ser transferido pelo projeto de cooperação técnica internacional e os insumos de contrapartida a serem aportados pela Agência Implementadora;*
- d) o cronograma físico e financeiro de implementação;*
- e) as disposições sobre o gerenciamento financeiro, aquisição de bens e serviços e elegibilidade dos gastos, não sendo admitida a destinação de valores para pagamento de taxa de administração, multas ou despesas relacionadas à manutenção da agência implementadora, tais como salários e encargos sociais do pessoal, tarifas de água, energia, telefone e outras de natureza similar, salvo aquelas que, comprovadamente, se destinem diretamente à execução do objeto do instrumento de celebração da incorporação ao projeto da Agência Implementadora, devendo, nesses casos, ser estabelecidas as condições e critérios a serem utilizados para o rateio e apropriação desses custos ao projeto de cooperação técnica internacional;*
- f) a obrigação da Agência Implementadora em destinar os rendimentos financeiros decorrentes de eventual aplicação dos recursos disponíveis aos objetos e finalidades previstos no ajuste firmado;*
- g) os requisitos relativos ao gerenciamento dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do projeto e sua destinação após o encerramento das atividades;*

- h) as disposições sobre a forma e periodicidade de apresentação de prestações de contas e devolução dos saldos não utilizados;*
- i) as atividades de monitoria e avaliação a serem empreendidas pela direção do projeto (instituição executora nacional);*
- j) as hipóteses de suspensão e extinção do instrumento de celebração da incorporação ao projeto da Agência Implementadora;*
- k) a obrigação da Agência Implementadora em disponibilizar todos os registros, produtos e documentação relativa à execução da carta de acordo para avaliação da direção do projeto, da ABC e dos órgãos de controle;*
- l) a competência da instituição executora nacional do projeto para instaurar procedimento administrativo com vistas ao ressarcimento de valores eventualmente não aprovados nas prestações de contas”.*

Para o pagamento da primeira parcela, será entregue ao IICA/MMA o primeiro produto. No caso dos seguintes desembolsos, serão entregado além do respectivo produto, os recibos e comprovantes dos recursos que se utilizaram para desenvolver os produtos anteriores, estes poderão ser escaneados e entregados de forma electrónica. Não precisa nota fiscal e relatório financeiro.

Para no caso do objetivo 2, o primeiro produto pode ser considerado o Plano de utilização do Centro Xingó, para os outros meses o relatório de desenvolvimento do Plano.

- *Contratação de pessoal.* O IABS poderá utilizar seu próprio regulamento sobre a contratação do pessoal para as atividades estabelecidas, apresentando ao IICA/MMA as faturas que indiquem o gasto. O desembolso será feito após aprovação do produto por parte do IICA/MMA, o que deve ficar estabelecido nos contratos a realizar.
- *Prestação de contas.* O relatório final será construído a partir dos relatórios mensais.
- *Modelo de gestão.* Considerando que o IICA realizará a supervisão sobre a execução do PCT, se propõe criar um comitê gestor do PCT - agência implementadora, realizando um encontro sistemático institucional trimestral entre IABS-IICA-MMA para fazer as correspondentes avaliações.

- *Relatório final.* O produto final será elaborado por Romelia Sousa, Vânia Trajano com ajuda de Angela López.
- *Manual de Identidade Visual.* Será elaborado por o IABS para destacar a participação da SEDR/MMA e do IICA nas ações promocionais e divulgações.
- *Dos bens.* A agencia implementadora usará seu próprio Regulamento de Compras e enviará oficio ao IICA com o documento anexo.
- *Atividades e Produtos do Objetivo 1.* Da atividade A1.1 a A1.6 corresponderam ao contrato 1- possivelmente elaborado por Maiti Mattoso e um técnico da UPM, o estudo de avaliação e avaliação do Prêmio Mandacaru será realizada em março no seminário do Programa Cisternas, no caso do UNCCD será feito com o IICA a partir das orientações do Ministério. A atividade A1.1 a A1.6 relacionado ao contrato 2 será realizado por Rodrigo Torres.
- *Atividades e Produtos do Objetivo 2.* O primeiro produto será o Plano de utilização do Centro Xingó, para o desembolso mensal será realizado o um relatório mensal como produto, referida aclaração se corrigirá na Matriz de Produtos e Cronograma de Desembolsos, além do relatório dos cursos estabelecidos. O relatório final será efetuado como um consolidado das atividades desenvolvidas no ano.
- *Atividades e Produtos do Objetivo 3.* IABS realizará com o IICA um contrato para pagamento via pessoa jurídica, assumirá as mesmas condições para a prestação de contas.
- *Atividades e Produtos do Objetivo 4.* Os artigos estão relacionados com o apoio e material para a publicação de 3 edições da revista *Sustentabilidade e Debate* da UnB e de uma edição especial sobre temas relacionados ao semiárido e combate à desertificação. Um dos livros será o estudo de avaliação das cisternas escolares.

CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

1. Missão Interinstitucional IABS/UPM/MMA/IICA

- a. A ser realizada entre os dias 1 e 10 de fevereiro em três estados do nordeste de Brasil.
- b. Detalhamento da agenda em Alagoas por parte de IABS (Tadeu Assad e Paulo Sandoval).

- c. Detalhamento da agenda em Juazeiro do Norte e Araripe por parte do MMA (Vânia Trajano).
- d. Logística entre o IABS e MMA.
- e. Ofícios de comunicação da Missão nas instituições receptoras, IABS elaborará o ofício e o MMA ficará a cargo do envio dos convites.
- f. A compra das passagens nacionais para os integrantes ficaram a cargo do MMA.
- g. O transporte terrestre em Alagoas será gerido pelo IABS e em Ceará por o MMA.

2. Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/IICA/14/001

- a. O acompanhamento será feito por Angela López do IABS e Romelia Souza do IICA.
- b. Será assumido as Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral da Agencia Brasileira de Cooperação.
- c. Para a desenvolvimento das ações do PCT, IABS executará acorde a sua regulamentação sobre a contratação de pessoal e uso de bens.
- d. Na planilha de custos será incorporado no objetivo 2, a entrega mensal de produtos – relatório do desenvolvimento do Plano no Centro Xingó.
- e. O comitê gestor conformado entre o IABS-IICA-MMA se reunirá trimestralmente para apresentar o informe de 2 páginas e avaliação dos produtos.
- f. Ofício ao IICA sobre o uso de Regulamento de Compras e contratações de IABS.
- g. Correções na Matriz de Produtos e Cronograma de Desembolsos, sobre Atividades e Produtos do Objetivo 2.
- h. O IABS realizará uma reunião formal com Marcel Bursztyn do CDS/UnB para a definição das pautas da publicação da Revista do Produto P4.3.

PRODUTO P2.1 da Atividade A2.1 - Relatório contendo o informe mensal da utilização do Centro Xingó:

CENTRO XINGÓ DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

PLANO DE UTILIZAÇÃO

**Carta de Compromisso Nº 215004, assinada
entre o IICA, o MMA e o IABS**

Brasília D.F.

Fevereiro de 2015



Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade

IABS – Agencia Implementadora

Carta de Compromisso Nº 215004, assinada entre o IICA, o MMA e o IABS

Sumário

| | Pág. |
|--|------|
| 1. Introdução..... | 3 |
| 2. As atividades do Centro Xingó | 4 |
| 3. Estrutura Gerencial | 7 |
| 4. Programação de Eventos | 12 |

INTRODUÇÃO

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf foi criada em 1945, e a usina de Paulo Afonso I foi sua primeira hidrelétrica construída. Atualmente, totalizam-se em 14 usinas, todo o complexo administrado pela Companhia.

Na condução de suas atividades, a Chesf apoiou iniciativas contemplando ações de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental, provendo melhores condições de vida e renda para as populações localizadas na área de influência das usinas hidrelétricas.

Ao longo de 2012, por meio da negociação de acordos de parceria e convênios entre a Chesf e o Governo do Estado de Alagoas, uma nova etapa de trabalhos se inicia no campo do desenvolvimento e difusão de tecnologias rurais para o Sertão alagoano, por meio da cessão de uso das instalações do antigo Instituto Xingó no município de Piranhas, o qual será gerido pela Secretaria de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – Seagri.

Nesta unidade serão desenvolvidos trabalhos focados em ovinocaprinocultura, avicultura, apicultura e produção de forragens baseadas em palma e sorgo, trazendo inovações por meio de pesquisas, capacitações, desenvolvimento de produtos e difusão de tecnologias aplicadas a vocação agropecuária do sertão alagoano.

Na busca de potencializar o uso das instalações do, agora denominado, Centro Xingó de Convivência com o Semiárido, necessário será a sinergia de esforços das diversas instituições atuantes na região e no tema, dentre as quais se destacam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Sebrae-AL, a Emater-AL, a Embrapa, a Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Inovação (Secti), a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), o Instituto Federal de Alagoas (Ifal), e a Prefeitura do Município de Piranhas.

A conjugação dos esforços institucionais proporcionará os meios para dinamizar ainda mais o setor agropecuário naquela região, notadamente as ações voltadas aos pequenos produtores. Focado na melhoria da rentabilidade, ampliação da produtividade e eficiência

econômica. Contribuindo para a sustentabilidade e para a melhoria da qualidade de vida dos alagoanos que lá residem, bem como daquele bioma.

Consoante às suas ações de cooperação técnica internacional, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – Aecid aliou-se a tal empreendimento e, por meio do seu projeto de Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Lácteos e Ovinocaprinos contribuiu com o desenvolvimento socioeconômico e com a geração de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social no Estado de Alagoas.

Adicionalmente, com recursos do Fundo de Cooperação para Água e Saneamento – FCAS da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, por meio do Projeto Cisternas BRA – 007-B foram construídos auditórios, alojamentos, refeitórios, instalação de unidades demonstrativas de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, além da aquisição de maquinário agrícola, reforma de instalações agropecuárias já existentes e instalação de sistemas demonstrativos e experimentais de irrigação para o Centro Xingó.

Para atingir tal objetivo, o Plano de Implantação e Sustentabilidade do Centro Xingó de Convivência com o Semiárido, executado com recursos da AECID, identificou as ações prioritárias para o funcionamento das instalações; mapeou parcerias estratégicas com atores institucionais; propôs o modelo de gestão, para assegurar a continuidade das ações desenvolvidas.

Com esse objetivo, apresenta-se o Plano de Utilização que trata o texto aqui exposto, como um documento norteador das atividades a serem desenvolvidas de maneira a se atingir os melhores resultados na execução dos trabalhos do Centro Xingó de Convivência com o Semiárido.

AS ATIVIDADES DO CENTRO XINGÓ

A ovinocaprinocultura se caracteriza como ferramenta de desenvolvimento econômico e geração de renda para agricultores familiares do sertão de Alagoas, apesar da produtividade dos rebanhos ainda não expressarem todo seu potencial. Um dos motivos que contribuem

para isso é a baixa tecnificação das propriedades e a insuficiência de assistência técnica específica o que leva os produtores a lastrear seus sistemas produtivos em conhecimentos empíricos e rotinas de manejo ultrapassadas.

O Centro Xingó de Convivência com o Semiárido tem como proposta principal o desenvolvimento de pesquisas científicas aplicadas, nos eixos de conhecimento da nutrição de aves e de pequenos ruminantes, reprodução, sistemas de manejo, sanidade animal, custos de produção, bioclimatologia entre outros. Em parceria com diversas instituições de ensino envolvidas com o setor de agronegócios, colocando toda estrutura modelo a disposição da comunidade acadêmica, mediante a contrapartida da difusão e intercâmbio com os produtores locais e instituições parceiras. Além de prestação de serviços através dos laboratórios e possibilidade de estudo de casos.

No Centro Xingó deverão ser privilegiados os trabalhos envolvendo pesquisas e desenvolvimento de tecnologias dentro das cadeias produtivas definidas como de interesse, ou seja ovinocaprinocultura e avicultura colonial ou caipira, de corte e postura, além de apicultura e forrageiras adaptadas à região: palma e sorgo.

Também deverão ser direcionados esforços na experimentação e adaptação de novas forrageiras para a região, propagação de forragens nativas, pesquisas de exigências minerais e condições de solo para a produção forragens nativas, modelos de irrigação, manipulação pós-corte e conservação, produção e difusão de plantas de interesse econômico e demais atividades afins.

No tocante à suplementação alimentar, serão trabalhados projetos de desenvolvimento de formulações com ingredientes regionais, formulação de premix vitamínico e mineral para complementação de alimentos regionais, análise de desempenho de formulações e fabricação de formulações experimentais.

Pretende-se, também, que o Centro Xingó conduza trabalhos referentes ao armazenamento de material genético de reprodutores avaliados, coleta e congelamento de sêmen, análises andrológicas e reprodutivas, diagnósticos de gestação, programas de seleção de reprodutores e matrizes, com acompanhamento de progênie, além da prestação

de serviços aos produtores com a cessão de reprodutores e sêmen para melhoramento do rebanho, além de exames e diagnósticos.

Na avicultura, serão conduzidas análises de desempenho de frangos, levantamento de exigências nutricionais, modelagem de sistemas de criação, avaliação de incidência de doenças, estudos sobre a metodologia do Programa de Avicultura Familiar – PAF, entre outros temas de pesquisa para o setor.

Para a apicultura, serão desenvolvidos trabalhos abordando, entre outros, aspectos referentes ao manejo de colmeias, produção de rainhas, floradas, além de colheita e processamento de mel, própolis, cera e pólen.

Além das atividades eminentemente voltadas à prática agropecuária, o Centro Xingó provê capacitação em práticas de convivência com o semiárido voltado à:

- Difusão de práticas de acesso à água adaptadas à realidade local.
- Intercâmbio de experiências entre agricultores em estratégias produtivas adaptadas à caatinga.
- Propagação de conhecimento aos produtores da região, a partir de atividades e projetos desenvolvidos na Estação.

Para tanto, o Centro Xingó conta com as estruturas necessárias para proporcionar adequadas acomodações aos participantes dos eventos de capacitação e difusão de conhecimentos (auditório, alojamentos, refeitório, banheiros, vestiários e salas de apoio).

Dentre as atividades voltadas ao convívio com as condições do semiárido, temos:

1. Desenvolvimento e instalação de módulos experimentais de tecnologias de acesso e manejo da água com a finalidade de:
 - a. Avaliação e teste de técnicas adaptadas ao bioma e à realidade dos produtores da região;
 - b. Difusão de experiências exitosas que proporcionem melhoria na qualidade vida da população, bem como dinamizem a produção agropecuária.

Consistindo de módulos experimentais para avaliação de diferentes técnicas e práticas de manejo e acesso à água, como forma de testar, pesquisar e proporcionar espaço para visitas monitoradas, além de permitir posteriores replicações.

2. Replicação dos módulos de acesso à água, em unidades produtivas da região, o que proporcionará, além dos benefícios diretos esperados, na qualidade de vida e no aumento da produtividade agropecuária, subsidiar pesquisas e aprimoramento de técnicas e projetos, a partir dos resultados obtidos.
3. Estabelecimento de calendário anual para realização de cursos de capacitação, práticas e manejos, dias de campo, treinamentos e outras atividades voltadas à difusão tecnológica de conhecimentos voltados para as necessidades da região e dos produtores rurais atendidos.

ESTRUTURA GERENCIAL

De maneira a se prover a necessária estrutura para a condução das atividades, foi formalizado o Acordo de Cooperação entre a SEAGRI/AL e o IABS, estabelecendo as bases gerais de cooperação técnica e institucional mútua, visando à estruturação de iniciativas mediante ações de assessoria e consultoria, elaboração e execução de projetos de desenvolvimento comunitário, realização de pesquisas, promoção de eventos técnicos ou científicos, visando desenvolver ações de gestão do Centro Xingó de Convivência com o Semiárido.

O Acordo de Cooperação define o IABS como a instituição gestora do Centro Xingó, tendo a SEAGRI/AL como coordenadora das atividades.

Conforme definido no Acordo, caberá ao IABS:

- a. Gerenciar administrativamente as atividades da Estação, compreendendo todas as ações necessárias ao bom funcionamento das instalações, suas rotinas e necessidades, englobando a gerência dos recursos humanos alocados,

- procedimentos de compras e contratação de serviços, gestão do patrimônio, controle de estoque, despesas fixas e variáveis, controle de contratos, e todas as providências exigidas para o melhor desempenho das atribuições da Estação;
- b. Gerenciar tecnicamente as atividades da Estação, supervisionando todas as atividades relacionadas com pesquisa, desenvolvimento e difusão tecnológica desenvolvidas na Estação, ou que envolvam equipamentos, máquinas, animais ou vegetais de sua propriedade;
 - c. Coordenar as ações de cooperação entre instituições que pretendam desenvolver atividades de pesquisa, fomento, difusão tecnológica ou de qualquer natureza, utilizando instalações, equipamentos, maquinário, animais ou vegetais localizados na Estação;
 - d. Coordenar a prática da difusão tecnológica, organizando o calendário anual de atividades e supervisionando a realização dos cursos, treinamentos, capacitações, dias de campo, e outras atividades relacionadas com o tema;
 - e. Estabelecer os critérios para a avaliação da abrangência das atividades, bem como os métodos para a consecução dos objetivos previstos neste Acordo;
 - f. Viabilizar o rápido atendimento das demandas, de acordo com os objetivos da Estação, na busca da difusão de tecnologias rurais para o Sertão Alagoano; e
 - g. Submeter formalmente à SEAGRI/AL, questões técnicas ou administrativas que fujam ao estabelecido no Acordo.

Para tanto, caberá ao IABS designar equipe técnica mínima necessária para a condução das atividades do Centro, com a seguinte composição:

Centro Xingó

- Coordenação Geral
- Coordenador Executivo
- Responsável técnico (formação, capacitação, pesquisa e extensão)
- Técnico especialista (ovinocaprinocultura, avicultura e apicultura)
- Técnico especialista (forrageiras e culturas agrícolas)
- Técnico especialista (tecnologias sociais e gestão hídrica)
- Assessoria de comunicação (site, redes sociais e comunicação imprensa)
- Técnico de manutenção e manejo
- Apoio local (tratadores e manutenção)

Tal equipe será responsável exclusivamente pela manutenção das atividades administrativas e aquelas relacionadas com as rotinas de trabalho diário. Os trabalhos de pesquisa e extensão a serem executados deverão contar com equipe própria, provida pela instituição que estiver conduzindo tal atividade.

Para a definição das estratégias e prioridades balizadoras das atividades de capacitação, pesquisa e difusão de tecnologia, foi idealizado um Comitê Gestor integrado por instituições regionais, municipais, estaduais e federais, com ações ou interesses convergentes àqueles desenvolvidos pelo Centro Xingó.

O Comitê Gestor reúne-se periodicamente, para tomada de decisões estratégicas, monitoramento e avaliação das atividades e estabelecimento de diretrizes operacionais para o Centro Xingó, garantindo transparência nas ações, participação na tomada de decisões compartilhada e acompanhamento do estado da arte do projeto.

Caberá ao IABS atuar como secretaria-executiva das reuniões.

Periodicamente serão lançados editais para seleção de projetos e atividades a serem conduzidas nas instalações do Centro, que serão avaliados e selecionados para execução, ouvidos o Comitê Assessor e consoante às linhas de pesquisa e estratégias identificadas como prioritárias.

Após a seleção dos projetos, as instituições proponentes deverão firmar, com o IABS, os respectivos acordos para o uso das instalações, onde estarão estabelecidas as regras para as relações institucionais, obrigações entre as partes, prazos, custos, contrapartida, propriedade intelectual e todos os elementos necessários para a formalização do uso das instalações do Centro Xingó. Entende-se como acordos para o uso das instalações os meios usuais de se oficializar responsabilidades entre instituições, podendo ser convênios, contratos, termos de parceria, acordos de cooperação, ou outros legalmente aceitos.

No tocante a cursos, capacitações, treinamentos, e outros eventos de difusão tecnológica, periodicamente serão definidos os calendários e divulgados entre a comunidade de interesse.

A seguir é apresentada a relação das instituições integrantes do Comitê Gestor do Centro Xingó de Convivência com o Semiárido:

Comitê Gestor

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS (Secretaria Executiva)

Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA

Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura do Estado de Alagoas – SEAPA

Além disso, foram concebidos três outros fóruns de atuação, para assessoramento nas decisões do Comitê Gestor:

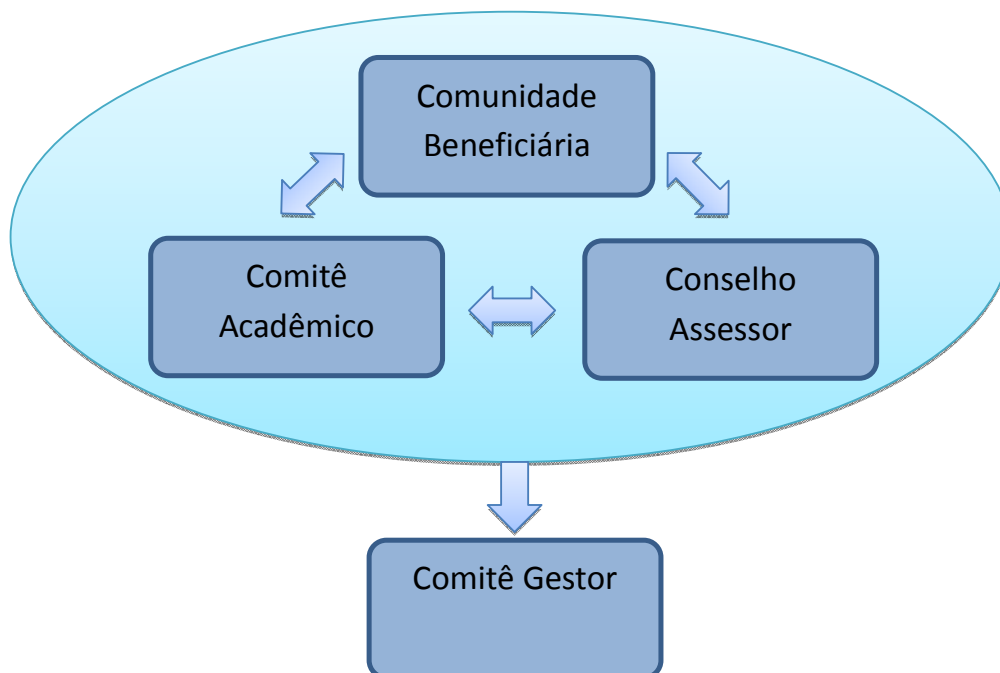
- a Comunidade Beneficiária, integrada por prefeituras, associações, cooperativas, sindicatos e organizações sociais, entre outros, que apresentarão suas demandas por atividades a serem conduzidas no Centro Xingó, subsidiando a definições de diretrizes por parte do Comitê Gestor;

- o Comitê Acadêmico, integrado por instituições locais, nacionais e internacionais de ensino, pesquisa e extensão, com a função de assessorar o Comitê Gestor na identificação de linhas de atuação prioritárias e na seleção de projetos a serem desenvolvidos no Centro Xingó; e

- o Conselho Assessor, integrado por instituições públicas e privadas parceiras no apoio e desenvolvimento de atividades no Centro Xingó.

Pretende-se que as três instâncias de assessoramento deliberem sobre seus temas, interajam entre si, e subsidiem o Comitê Gestor na tomada de decisões.

Dessa maneira, é concebido o modelo de gestão institucional com a seguinte estrutura:



PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS

Foi idealizada a seguinte programação de eventos a serem realizados no centro Xingó:

1. Cursos de Convivência com o Semiárido:

- Abrangência: Internacional
- Quantidade cursos/ano: 1
- Quantidade pessoas/curso: de 25 a 30 pessoas
- Período: 2º semestre de 2015
- Duração: 3 semanas
- Nível: especialização (120 horas práticas e teóricas + 40h de tcc, total 160 horas).

2. Cursos Temáticos

2.1. Inclusão Produtiva

- OVINOS E CAPRINOS:
 - Quantidade cursos/ano: 2
 - Quantidade pessoas/curso: de 15 a 20 pessoas
 - Duração: 4 dias
 - Público Alvo: profissionais, técnicos e alunos da área, produtores
- AVICULTURA CAIPIRA:
 - Quantidade cursos/ano: 2
 - Quantidade pessoas/curso: de 15 a 20 pessoas
 - Duração: 4 dias
 - Público Alvo: profissionais, técnicos e alunos da área, produtores
- APICULTURA:
 - Quantidade cursos/ano: 2
 - Quantidade pessoas/curso: de 15 a 20 pessoas
 - Duração: 4 dias
 - Público Alvo: profissionais, técnicos e alunos da área, produtores
- PLANTAS FORRAGEIRAS:
 - Quantidade cursos/ano: 2
 - Quantidade pessoas/curso: de 15 a 20 pessoas;

- Duração: 4 dias;
- Público Alvo: profissionais, técnicos e alunos da área, produtores.

2.2. Tecnologias Sociais:

- TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O SEMIÁRIDO:
 - Quantidade cursos/ano: 1
 - Quantidade pessoas/curso: de 15 a 20 pessoas
 - Duração: 4 dias
 - Público Alvo: produtores, profissionais, técnicos e alunos da área
- MEIO AMBIENTE (gestão de recursos hídricos e da caatinga):
 - Quantidade cursos/ano: 1
 - Quantidade pessoas/curso: de 15 a 20 pessoas
 - Duração: 4 dias
 - Público Alvo: produtores, profissionais, técnicos e alunos da área

2.3. Dias de Campo:

- Deverão ser realizados no Centro Xingó ou em propriedades da região.
 - Quantidade cursos/ano: 10
 - Duração: 2 vezes/ mês
 - Quantidade pessoas/curso: de 15 a 20 pessoas
 - Áreas: ovinos e caprinos/ avicultura caipira/ apicultura/ forragicultura/ máquinas e implementos/ tecnologias sociais/ irrigação
 - Público Alvo: produtores, profissionais, técnicos e alunos da área
 - Instrutores: representantes comerciais, acadêmicos, técnicos e consultores

2.4. Visitas Escolares e Técnicas:

- Visitas guiadas ao Centro Xingó, ou a propriedades rurais da região, como parte da grade curricular das instituições de ensino.
 - Quantidade de visitas/ano: 12
 - Duração: 1 vez/ mês.

PRODUTO P3.1 da Atividade A3.1 - Documento contendo:

**PLANEJAMENTO COM INDICADORES DE
ESFORÇOS PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS E
RECOMENDAÇÕES DO DCD/SEDR/MMA DO
ANO DE 2015**

**Carta de Compromisso Nº 215004, assinada
entre o IICA, o MMA e o IABS**

Brasília D.F.

Fevereiro de 2015



Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade

IABS – Agencia Implementadora

Carta de Compromisso Nº 215004, assinada entre o IICA, o MMA e o IABS

Sumario

| | PÁG. |
|---|------|
| IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO | 4 |
| ANTECEDENTES..... | 4 |
| EXECUÇÃO DO OBJETO – AÇÕES E PARCERIAS PREVISTAS PELO DCD/SEDR/MMA PARA O PERÍODO DE 2015..... | 6 |
| Anexo. Planejamento do DCD/SEDR/MMA de 2015 | |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ASD | Áreas Suscetíveis à Desertificação |
| CD | Combate à Desertificação |
| CNCD | Comissão Nacional de Combate à Desertificação |
| DCD | Departamento de Combate à Desertificação |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| IABS | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade |
| INSA | Instituto Nacional do Semiárido |
| MCTI | Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| PAN Brasil | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca |
| PCT | Projeto de Cooperação Técnica |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| SEDR | Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável |
| UPM | Universidade Politécnica de Madri |
| UNCCD | Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África |

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente documento denominado “Planejamento com Indicadores de Esforços para Alcance dos Objetivos e Recomendações do DCD/SEDR/MMA do ano de 2015” integra o Produto apresentado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS à Instituição Nacional Executora do BRA/IICA/14/001 em cumprimento ao disposto no Objetivo 3, Anexo I (Termo de Referência) da Carta de Compromisso para Agência Implementadora Nº 215004.

ANTECEDENTES

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS é uma das instituições selecionadas como agência implementadora do Projeto de Cooperação Técnica - PCT BRA/IICA/14/001 “Implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)”, cuja proposta de execução e iniciativas de cooperação técnica foram delineadas na Carta Compromisso para Agência Implementadora Nº 215004, esta celebrada com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA.

As Agências Implementadoras possuem reconhecida competência na sua área de atuação, bem como demonstram experiência e capacidade técnica para promover iniciativas específicas do PCT, com sólidos conhecimentos na temática do Projeto. As ações do IABS por estarem alinhadas metodologicamente e sinergicamente à estratégia nacional de combate à desertificação, mitigação dos efeitos da seca, convivência com o semiárido e adaptação às mudanças climáticas, adicionalmente estão enquadradas, no âmbito do PCT BRA/IICA/14/001, no Objetivo Imediato 2 “Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade” e no Objetivo Imediato 3 “Integrar, fortalecer e difundir as boas práticas de prevenção e combate à desertificação”.

O presente relatório visa atender às atividades propostas para o alcance dos objetivos explicitados pela Agência Implementadora-IABS, especificamente pelo Objetivo 3

que trata da assessoria técnica para o acompanhamento metodológico de ações nacionais e internacionais em curso viabilizadas pelas parcerias articuladas para o Combate à Desertificação pelo Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente - DCD/SEDR/MMA.

Os produtos e atividades previstas para o alcance das metas relacionadas ao Objetivo 3 são:

- a) ATIVIDADE A.3.1 - Levantamento, organização e sistematização das ações previstas do DCD/SEDR/MMA e parcerias para 2015.
 - PRODUTO P.3.1 - Documento contendo o planejamento com indicadores de esforços para alcance dos objetivos e recomendações do DCD/SEDR/MMA do ano de 2015;

- b) ATIVIDADE A.3.2 - Monitoramento e sistematização das ações previstas do DCD/SEDR/MMA para o primeiro trimestre 2015.
 - PRODUTO P.3.2 - Documento contendo sistematização e análise de indicadores de esforços para alcance dos objetivos e recomendações do DCD/SEDR/MMA do primeiro trimestre de 2015;

- c) ATIVIDADE A.3.3 - Monitoramento e sistematização das ações previstas do DCD/SEDR/MMA para o segundo trimestre 2015.
 - PRODUTO P.3.3 - Documento contendo sistematização e análise de indicadores de esforços para alcance dos objetivos e recomendações do DCD/SEDR/MMA do segundo trimestre de 2015;

- d) ATIVIDADE A.3.4 - Monitoramento e sistematização das ações previstas do DCD/SEDR/MMA para o terceiro trimestre 2015.
 - PRODUTO P.3.4 - Documento contendo sistematização e análise de indicadores de esforços para alcance dos objetivos e recomendações do DCD/SEDR/MMA do terceiro trimestre de 2015;

- e) ATIVIDADE A.3.5 – Monitoramento e sistematização das ações previstas do DCD/SEDR/MMA para o quarto trimestre 2015.
- PRODUTO P.3.5 - Documento contendo sistematização e análise de indicadores de esforços e recomendações para alcance dos objetivos do DCD/SEDR/MMA do quarto trimestre de 2015.

Os produtos, conforme Termo de Referência, serão apresentados no formato de relatórios trimestrais com o relato das ações e metodologias adotadas com a finalidade de levantar subsídios para o monitoramento das ações em curso, no âmbito da DCD/SEDR/MMA e parcerias.

Nesse contexto, apresenta-se o Produto P.3.1 – “Documento contendo o planejamento com indicadores de esforços para alcance dos objetivos e recomendações do DCD/SEDR/MMA do ano de 2015”.

EXECUÇÃO DO OBJETO – AÇÕES E PARCERIAS PREVISTAS PELO DCD/SEDR/MMA PARA O PERÍODO DE 2015

1. A temática do combate à desertificação no âmbito do DCD/SEDR/MMA:

Nas últimas décadas o uso de práticas e tecnologias inadequadas de produção e manejo aliadas às mudanças climáticas vem ampliando a pressão humana sobre o meio ambiente afetando, profundamente, o equilíbrio dos sistemas naturais. Nesse contexto, as transformações impostas à natureza pelo homem se materializam como grandes problemas ambientais e, dentre estes, a desertificação.

A desertificação é um conjunto de processos de degradação ambiental provocado por uma combinação de fatores climáticos e de manejo da terra que ocorre nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas seco do Planeta que afeta a fertilidade dos solos levando à perda da produtividade, da qualidade ambiental e da biodiversidade. Essas perdas contribuem para a insegurança alimentar, hídrica gerando mais pobreza e um enorme custo humano e econômico.

O crescimento dos problemas relacionados à desertificação em todo o mundo, fez com que o tema fosse incluído na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, conhecida como Rio 92. Durante essa Conferência, vários países afetados por processos de desertificação, especialmente da África, propuseram a elaboração de uma convenção sobre o tema.

Nesse viés, deu-se a criação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (UNCCD), constituída por um acordo internacional entre países partes e que tem por objetivo “o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca grave e/ou desertificação, particularmente na África, através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parceria, no quadro de uma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21, que tenha em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas" (UNCCD, Artigo 2º: Objetivo)

O Ministério do Meio Ambiente, particularmente a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável por meio do Departamento de Combate à Desertificação, responde à UNCCD como Ponto Focal Técnico do Brasil, portanto, é a instituição nacional responsável pela promoção de ações para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, de forma articulada com as diferentes instâncias governamentais e com a participação da sociedade civil.

No Brasil, as áreas sobre as quais incidem o conjunto de políticas orientadas para o combate à desertificação são denominadas Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD delineadas segundo os índices de aridez definidos pela UNCCD entre 0,21 e 0,65 (calculado pela relação entre a precipitação pluviométrica e a evapotranspiração potencial).

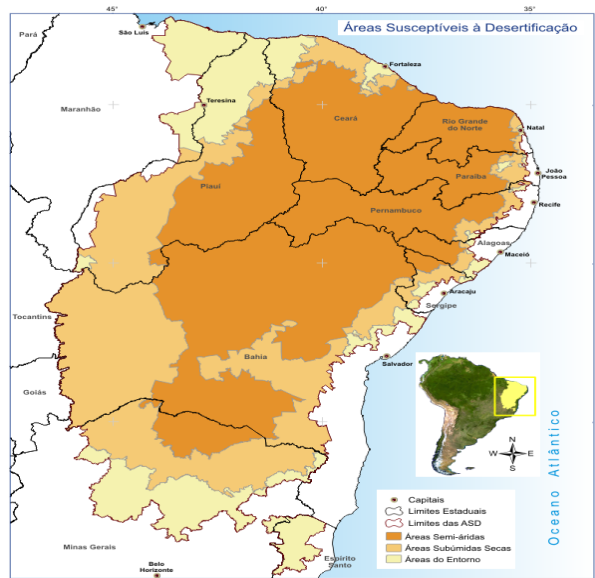


Figura 1 – Áreas Susceptíveis à Desertificação

O conjunto das ASD abrange os nove estados do Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo, um espaço territorial de 1.340,863 Km², equivalente a 15,72% do território brasileiro. Nestas áreas vivem aproximadamente 32 milhões de pessoas (17% da população brasileira) distribuídas em 1488 municípios (27% do total de municípios brasileiros). Habitam este espaço 85% dos cidadãos considerados pobres do país.

A institucionalização, no âmbito federal, do Ponto Focal Técnico Brasileiro perante a UNCCD se realiza na criação de um lócus de referência no MMA, para o governo como um todo. Esse esforço também se reflete no cenário internacional, situando uma instância de referência no País para a temática da desertificação, face ao Secretariado e aos organismos e mecanismos do sistema das Nações Unidas.

Combater a desertificação não é essencialmente combater a erosão, salinização, assoreamento ou tantas outras consequências, mas sim, eliminar as causas que provocam estas consequências, e considerando-se o fenômeno em curto prazo, estas causas necessariamente estarão relacionadas com as atividades agrícolas, pecuária, lenha e carvão e mineração, conduzidas sem a preocupação com convergência entre uso e conservação.

Dentre os desafios, para reverter os agentes causadores do processo de desertificação, está o fortalecimento de uma visão agroecológica nos processos produtivos na região por meio principalmente da promoção de práticas conservacionistas nos sistemas produtivos, do uso sustentável dos recursos florestais visando a produção, florestal, forrageira apícola, a promoção de sistemas agroecológicos, o uso de tecnologias de eficiência energética ao nível das indústrias e doméstico entre outras.

Fazer frente a estes cenários significa construir parcerias com enfoque local, regional, nacional e entre países que são atingidos pelos processos de desertificação, de forma a potencializar a capacidade dos atores sociais transversos à questão, tendo as diretrizes da UNCCD como fio condutor. Essas iniciativas buscam apresentar alternativas de combate a desertificação, com inclusão social, promovendo o desenvolvimento local com sustentabilidade ambiental.

Este quadro tem trazido avanços importantes, a destacar:

- A elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação (PAEs) com o apoio do MMA e parceria da cooperação técnica internacional, seguindo um procedimento metodológico padrão que proporcionou a realização de estudos locais e a efetiva participação da sociedade em oficinas preparatórias;
- A Política Nacional de Combate à Desertificação (em tramitação no Congresso Nacional);
- A instituição da Comissão Nacional de Combate à Desertificação-CNCD, por meio de Decreto Presidencial, foro de debates e expressões de opiniões e de definição de diretrizes para a implementação do PAN-Desertificação e da UNCCD, de caráter deliberativo é composta por 44 representantes de setores da sociedade e dos governos relacionados com o tema ;
- A elaboração/qualificação do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação, ferramenta que está sendo elaborada pelo MMA em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

- A cooperação com o Instituto Nacional do Semiárido – INSA, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) que, como Correspondente Científico Nacional junto a UNCCD, coordena iniciativas de difusão de tecnologias de convivência com a semiaridez e combate à desertificação e a Rede Desertificação, criada por Portaria Interministerial (MMA e MCTI). A rede representa um esforço para uma base organizada de conhecimento, fundamental para as deliberações do Ponto Focal Técnico Nacional;
- No âmbito internacional, o Brasil vem assumindo papel de destaque neste cenário. O trabalho em desenvolvimento pelo MMA ganhou reconhecimento pelos demais países signatários da UNCCD. Isto vem levando o Brasil a assumir uma liderança regional quanto à aplicação da Convenção, a destacar a implementação do Projeto ECONORMAS MERCOSUL, projeto que possui um componente de Desertificação e Seca e tem por finalidade estabelecer a integração e a difusão de boas práticas de combate aos processos de desertificação e seca e fornecer subsídios para o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais dos países do MERCOSUL às novas diretrizes da UNCCD.

Esse quadro demonstra a prioridade e responsabilidade da agenda de combate à desertificação do Ministério do Meio Ambiente, que deve ser acompanhada, debatida, implementada e socializada no âmbito nacional, regional e internacional e demonstra o nível da responsabilidade do País perante a questão.

2. Contextualizando ações e parcerias do DCD/SEDR/MMA

O MMA vem promovendo um conjunto de ações que possibilitaram avanços e que passaram a ter um espaço mais destacado e estratégico no escopo das boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez. Buscando fazer frente às demandas foram definidas em três linhas de atuação:

- (i) Fortalecer as ações no campo da Cooperação Técnica, buscando um caminho diferente;

(ii) Fortalecer a Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e

(iii) Trabalhar para fortalecer as ações de combate à desertificação no âmbito nacional, sem esquecer a relação com a UNCCD. Nesse viés, a atualização do PAN-Desertificação se dá por meio do Alinhamento à Estratégia Decenal da UNCCD.

Nesse contexto destacam as seguintes as linhas de atuação e respectivas ações estruturantes:

Ação 1. Redução dos riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

a) Estratégia diferenciada e integrada com a cooperação técnica internacional

Pela primeira vez o MMA apresentou e aprovou dois projetos ao GEF na linha Terras Degradadas para combate à desertificação. Uma ação com o PNUD e outra com a FAO. Foi aprovado um Projeto com o IICA e todos os projetos estão integrados numa plataforma para fortalecimento da Cooperação Técnica.

A Estratégia Integrada com a Cooperação Técnica visa fortalecer a institucionalização da CNCD, a implementação do PAN-Desertificação e da UNCCD e o fortalecimento dos Programas Estaduais – PAEs.

- Elaboração e aprovação e início da implementação do Projeto BRA/PNUD/14/G32 - Manejo de uso sustentável da terra no semiárido do Nordeste brasileiro (Sergipe) com recursos do GEF para implementação no valor de US\$ 3.815.192, tendo o PNUD como Agência Executora e parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe - SEMARH/SE.
- Elaboração e aprovação do Projeto GPC/BRA/085 - Revertendo os processos de Desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade com recursos do

GEF para implementação no valor de US\$ 3.930.155 tendo a FAO como Agência Executora e a parceria do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e do Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Nesse contexto foi criado um Escritório de apoio a projetos com a FAO para o Nordeste, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

- O Projeto Econormas foi aprovado é uma ação no âmbito do Mercosul, para uma ação direta de apoio ao primeiro Plano Municipal de Combate à Desertificação em Irauçuba/CE. O projeto trata de intervenções estruturantes: formação de viveiros permanentes, ações de ATER para promoção de boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez e de formação técnica para praticas conservacionistas visando a segurança alimentar, hídrica e energética. O recurso do Projeto é de €\$ 250.000.
- Com a parceria do Fundo Clima e do IICA foi aprovado o Projeto para apoiar a realização do Primeiro Encontro dos Países de Língua Portuguesa da UNCCD, com visitas técnicas as boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez, realização de reuniões e seminários com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, a Universidade Federal do Cariri - UFCA e o Instituto Nacional do Semiárido – INSA, foi definida uma estratégia de cooperação técnica fortalecendo as relações Sul x Sul. Os recursos levantados foram de R\$ 169.830,00.
- 1.5 - Projeto de Cooperação Técnica com o IICA – Foi aprovado o PCT/BRA/14/001, voltado à implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e implementação da UNCCD. Foi realizado o Processo de credenciamento das Agências Implementadoras e os contratos operacionais estão em fase de assinatura.
- O DCD/SEDR/MMA foi indicado para Coordenar internacionalmente o processo de elaboração de uma Norma Técnica (ABNT/ISO) definindo um Guia de Boas Práticas para o Combate à Degradação de Terras e Desertificação.
- Foi elaborado e encaminhado à UNCCD o Relatório Nacional de implementação da Convenção no Brasil, na Plataforma PRAIS.
- A Comissão Nacional (CNCD) vem se estruturando e participando na definição de ações específicas como a adequação de seu Regimento Interno, a definição das

Câmaras Técnicas, nos trabalhos para a adequação do Marco Legal para a Política nacional de combate à desertificação (PL2447), e nas diretrizes para a implementação do PAN-Desertificação e da UNCCD. Essas iniciativas inseriu a CNCD nas ações de convivência com a semiáridade.

- Foi elaborada uma proposta de um programa estruturante para as famílias agricultoras visando ofertar água no campo para produção “Programa Nacional de Recuperação e Uso Sustentável de Recursos Naturais nos Ecossistemas das Áreas Suscetíveis à Desertificação” - PROSPERAR, a proposta visa promover uma interface do PAN-Desertificação com o Plano Nacional de Segurança Hídrica e no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. No ano de 2014 foram realizadas ações de formação técnica e preparação de material didático.

b) Estratégia Financeira Integrada com Agentes de Fomento para apoio a projetos de convivência sustentável com a semiáridade para o combate à Desertificação

Os principais resultados dos Grupos de Trabalhos da CNCD: A Estratégia Financeira Integrada (FIR) que atende aos compromissos para a Estratégia Decenal da UNCCD possibilitou investimentos da ordem de R\$ 100 milhões em projetos no campo. Essa ação foi resultante de uma articulação com diversos instrumentos de fomento (Fundo Clima, CAIXA, FNMA e FNDF). Foi criada uma linha de financiamento para o combate à desertificação no BNDES e no BNB para apoio ao manejo florestal e melhoria tecnológica dos setores gesseiros e cerâmicos.

- Iniciativas com agentes financeiros: criada uma linha de crédito pelo BNB para apoio ao manejo florestal e a melhoria tecnológica para o setor cerâmico e gesseiro. O grande avanço na promoção do manejo florestal foi a sinalização da criação do “custeio florestal” para financiar as atividades florestais.

Ação 2 - Consolidação do marco legal: O PL está no Plenário da Câmara para votação.

A CNCD vem trabalhando junto aos parlamentares para aprovação do PL, conjuntamente com a ASPAR/MMA.

Ação 3 - Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – SAP

- O sistema foi concluído. Foi realizada uma Oficina de trabalho para análise dos critérios para os indicadores do SAP, para sua adequação e disponibilidade na internet.
- Estão sendo elaborados Acordos de Cooperação com o INPE para manutenção e difusão do Sistema.

Ação 4 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos

A questão energética é quem mais pressiona o meio ambiente. Dessa forma, o MMA vem promovendo iniciativas junto aos setores gesseiro e cerâmico para a sustentabilidade da matriz energética, por meio da melhoria tecnológica buscando mais eficiência no sistema, mais diversificação das fontes energéticas renováveis e aumentar a oferta de biomassa florestal em base sustentável, por meio do manejo florestal sustentável em assentamentos da reforma agrária

c) Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

Visando promover o uso sustentável de biocombustíveis (lenha e carvão) a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD vêm articulando, com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Ministério de Minas e Energia - MME, ações que apresentem alternativas de sustentabilidade na matriz energética. As iniciativas:

- Focam na melhoria tecnológica para eficiência energética das indústrias cerâmicas e gesseiras, na promoção do manejo florestal da Caatinga e Cerrado, na diversificação de fontes renováveis, e na elaboração de ações para segurança energética familiar com fogões ecológicos.
- Apoiam a definição de indicadores e capacitação para processos de auditoria técnica para melhoria da eficiência energética e o uso sustentável da biomassa florestal.

- Foram estruturadas, junto a instrumentos de fomento/crédito, ações para promover procedimentos de auditoria e uso energético sustentável da biomassa florestal.
- Promovem a segurança energética familiar por meio de projetos de fogões melhorados. Os projetos apoiaram a implementação de mais de 1500 fogões melhorados sem fumaça. Também foi elaborada uma proposta para definição de um programa de implementação de fogões melhorados nas famílias rurais.

d) Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

Os trabalhos para promover o uso sustentável de biocombustíveis (lenha e carvão) da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD e os projetos apoiados pelo Fundo Clima, o Fundo Socioambiental da CAIXA, o Fundo Florestal e o FNMA vêm possibilitando a definição de indicadores para processo de auditorias por meio dos diagnósticos elaborados nas cerâmicas e gesseiras. Nesse sentido destacamos:

- A realização do diagnóstico para análise da eficiência na produção nas cerâmicas da PB, SE e CE e nas gesseiras de PE, possibilita definir indicadores e padrões para um processo de auditoragem.
- A capacitação e assistência técnica para colaboradores das empresas cerâmicas e gesseiras e a elaboração de manual de boas práticas para eficiência energética, promovem indicadores para processos de auditoragem.
- Os Diagnósticos ambientais por meio de mapeamento do potencial florestal apresentando as áreas aptas para a realização de manejo florestal em raio econômico dos polos gesseiro no Araripe e cerâmico no Seridó, possibilitam a definição das estratégias e de níveis tecnológicos das empresas.

Ação 5 - Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

Os trabalhos para promover o uso sustentável de biocombustíveis (lenha e carvão) por meio de projetos de manejo florestal coordenados pela Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD com apoio do Fundo Clima, o Fundo Socioambiental da CAIXA, o

Fundo Florestal e o FNMA vêm possibilitando a ampliação das áreas sob uso sustentável e uma melhor compreensão do potencial da vegetação ativa para o manejo. Nesse sentido destacamos:

- Os Pactos para sustentabilidade da matriz energética dos setores produtivos (cerâmicas e gesseiras), que estão apoiando a implementação de programas de fomento e que estão apoiando a elaboração dos Planos de Suprimento Sustentável (PSS) conforme o Artº 34 da Lei de Proteção das Florestas e promoveram estudos para a melhoria tecnológica e maior eficiência no sistema produtivo, além de promover o manejo florestal comunitário que vem apoiando a implantação de 20.000 hectares na Caatinga e Cerrado, beneficiando mais de 1.500 famílias. O Pacto apresenta alternativa para o desmatamento, maior vetor do processo de desertificação no Brasil. Essas ações promovem um autoabastecimento sustentável com áreas a serem implantadas de 26.000 há para as cerâmicas e de 180.000 para as gesseiras num prazo de 6 anos. Os programas são partes integrantes dos pactos de sustentabilidade para a matriz energética das cerâmicas e gesseiras.
- A criação da linha de crédito específica do BNB para apoiar a elaboração de planos de manejo florestal na Caatinga.
- A inserção do Programa Dryland Champions da UNCCD para 15 instituições que promovem as boas práticas de manejo florestal.

Em 2014, essas iniciativas tiveram investimento de R\$ 10.000.000,00. Dois projetos visam apoiar a implantação de 15.000 hectares de manejo florestal comunitário na Caatinga e Cerrado, e 2 projetos fomentam a implementação de 1.200 fogões ecoeficientes promovendo a segurança energética para famílias rurais carentes. As iniciativas para a elaboração de planos de manejo florestal comunitário promovem a conservação ambiental sob produção sustentável nos assentamentos, podendo gerar uma renda média mensal adicional de R\$ 400,00 para cada uma das 1.500 famílias envolvidas diretamente.

Essas iniciativas promovem e dão suporte para uma ação maior para o manejo florestal sustentável em mais de 200 mil hectares de Caatinga, beneficiando mais de 7.000

famílias dos assentamentos da reforma agrária e da pequena produção rural, com uma renda mensal complementar.

Apoio à expansão do manejo florestal integrado de uso múltiplo foi definido uma estratégia de ação conjunta entre o Fundo Clima, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF e a Fundo Socioambiental da CAIXA para capacitação de profissionais e apoio a implantação planos de manejo florestal. Foi realizado evento envolvendo diretores e dirigentes dos órgãos ambientais do Nordeste para definir procedimentos para a normatização do manejo florestal pelos Estados. Além disso, a SEDR/DCD/MMA participa dos trabalhos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para normatização do Manejo e vem apoiando a Rede de Manejo Florestal da Caatinga.

O GT Energia Renovável e o GT Manejo Florestal da CNCD vêm trabalhando com o Fundo Clima no incentivo a eficiência energética e ao desenvolvimento de aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção de GEE direta e indiretamente e no apoio ao manejo florestal de uso múltiplo integrado para convivência com a semiaridez, como estratégia para promover o uso sustentável de biomassa florestal.

O Departamento de Combate à Desertificação - DCD, inserido no âmbito da SEDR/MMA, mantém a secretaria executiva da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD. Desse modo, a parceria com o IICA auxilia ainda na implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação – UNCCD, do Plano Nacional de Combate à Desertificação e dos Programas Estaduais, além de contribuir para o fortalecimento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, e nas ações de combate à desertificação dentro do Brasil, sem esquecer a relação com a UNCCD.

Ressalta-se ainda que foi realizado, ao longo de 2014, um processo de mobilização para aprovação do Projeto de Lei 2447, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A CNCD realizou um trabalho junto aos parlamentares para aprovação do PL, conjuntamente com a ASPAR/MMA. O PL foi aprovado no Plenário da Câmara para votação e segue para o Senado. Além disso, O MMA com a CNCD vem buscando qualificar iniciativas em diferentes Programas do PPA no âmbito da Estratégia Decenal de Alinhamento da UNCCD.

3. Conjunto de ações a serem realizadas entre o DCD/SEDR/MMA e parcerias para o período de 2015

3.1. Ações e parcerias previstas

- Avaliação e preparação para a participação do Brasil na Terceira Conferência Científica da UNCCD;
- Preparação de dois sides events para a Conferência Científica da UNCCD;
- Realização de Seminário Nacional preparatório para a Conferência Científica da UNCCD;
- Realização de Reunião da CNCD preparatória para a Conferência Científica da UNCCD e para o CRIC13/UNCCD
- Participação na Conferência Científica da UNCCD e no CRIC13/UNCCD
- Participação na Reunião do ECONORMAS de avaliação da implementação dos projetos de intervenção no âmbito dos países do MERCOSUL;
- Celebração da Carta Compromisso com as Agências Implementadoras Fundação Araripe e AMIGREAL;
- Elaboração da Proposta para Plataforma Lusófona de Cooperação Multilateral para a Sustentabilidade Socioambiental no âmbito da UNCCD;
- Relatório com os resultados da Cooperação Técnica Internacional executada via Projetos de Cooperação BRA/IICA/05/004 e BRA/PNUD/07/18
- Supervisão e avaliação das iniciativas finalísticas do DCD/SEDR/MMA junto aos instrumentos de fomento;
- Documento com diretrizes para cooperação técnica com UPM/MMA/IICA voltada para inserção política da lenha na questão da matriz energética e uma estratégia de formação técnica para o manejo sustentável da caatinga no âmbito das ações para o combate á desertificação
- Participação na Oficina com as comunidades rurais de Irauçuba para apresentação e discussão dos desafios e resultados do Projeto de Intervenção
- Participação no Taller Regional do projeto ECONORMAS;
- Realização do Seminário internacional sobre manejo e conservação visando a sustentabilidade dos sistemas produtivos nas ASD;

- Qualificação da proposta de Programa Nacional de Recuperação e Uso Sustentável de Recursos Naturais nos Ecossistemas das Áreas Susceptíveis à Desertificação” – PROSPERAR;
- Participação na COP 12.
- Elaboração da Norma Técnica (ABNT/ISO) definindo um Guia de Boas Práticas para o Combate à Degradação de Terras e Desertificação
- Elaboração de Acordos de Cooperação com o INPE para qualificação, manutenção e difusão do SAP;
- Acompanhamento da tramitação e qualificação do Projeto de Lei 2447/07, do Senado, que torna lei a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.
- Monitoramento da implementação das ações dos projetos de cooperação técnica com IICA e PNUD;
- Acompanhamento da implementação das ações previstas pelas Agências Implementadoras do PCT BRA/IICA/14/001;
- Elaboração e aprovação e início da implementação do Projeto BRA/PNUD/14/G32 - Manejo de uso sustentável da terra no semiárido do Nordeste brasileiro (Sergipe) com recursos do GEF tendo o PNUD como Agência Executora e parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe - SEMARH/SE;
- Elaboração e aprovação do Projeto GPC/BRA/085 - Revertendo os processos de Desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade com recursos do GEF tendo a FAO como Agência Executora e a parceria do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e do Instituto Nacional do Semiárido – INSA.

3.2. ATIVIDADES PREVISTAS PARA 1º SEMESTRE / 2015

- a) Seminário Nacional: "Combate à desertificação, degradação da terra e convivência com a semiaridez para redução da pobreza e um desenvolvimento sustentável - contribuição da ciência, tecnologia, conhecimentos e práticas locais"**

Data: 25 e 26 de fevereiro/2015

Local: Sede do INSA em Campina Grande, PB

Descritivo: Seminário para analisar e discutir com pesquisadores brasileiros que atuam na região semiárida do Brasil, à luz do conhecimento científico, tecnológico, popular e práticas tradicionais, sobre a vulnerabilidade das terras e populações diante das mudanças climáticas e da desertificação, bem como estratégias de adaptação, para subsidiar o posicionamento da delegação brasileira durante o debate na 3ª Conferência Científica da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD, que terá lugar na Cidade de Cancun, México, de 09 a 12 de março, do ano corrente.

b) 3ª Conferência Científica da UNCCD:

Data: 09 a 12 Março de 2015

Local: CANCÚN (MÉXICO)

Descritivo: No âmbito da 4ª Quarta Reunião Especial do Comitê de Ciencia e Tecnologia da UNCCD (CST S-4) será realizada a Conferencia Científica da UNCCD com o tema:

“La lucha contra la desertificación, la degradación de las tierras y la sequía para la reducción de la pobreza y un desarrollo sustentable – la contribución de la ciencia, la tecnología, los conocimientos y prácticas tradicionales”.

La conferencia tiene como **objetivo** atraer la gama más amplia posible de conocimientos científicos, locales y tradicionales, que puedan ser aprovechados para lograr la disminución de la pobreza y un desarrollo sustentable en las áreas susceptibles a la desertificación, la degradación del suelo y la sequía.

Uno de los **principales desafíos** que enfrentan los delegados a la conferencia es presentar el desarrollo de nuevos conocimientos y recomendaciones a los responsables de formular políticas, en relación con la evaluación de la vulnerabilidad

de las tierras y poblaciones al cambio climático, y las actuales y futuras capacidades de adaptación.

La conferencia abordará tres importantes desafíos:

Diagnóstico de las restricciones: ¿Cómo caracterizar y comprender mejor la vulnerabilidad y las capacidades de adaptación de los ecosistemas (particularmente los agro-ecosistemas) y de las poblaciones de las regiones afectadas, incluyendo regiones que recientemente se han vuelto susceptibles a las consecuencias del cambio climático?

Respuestas: ¿Cómo aprovechar eficientemente los conocimientos disponibles, los casos exitosos y las lecciones aprendidas para promover la implementación de tecnologías y prácticas mejor adaptadas y basadas en el conocimiento y?

Seguimiento y evaluación: ¿Cuáles son los nuevos métodos de seguimiento y evaluación disponibles para estimar la efectividad de las prácticas y tecnologías que proveen una mejor visión acerca de si, o de cómo, debería ampliarse su implementación?

Se espera que la conferencia contribuya a la lucha contra la desertificación y la degradación de las tierras, y a afrontar los impactos de la sequía, a través de la entrega de los siguientes resultados:

Una mejor anticipación y prevención de los efectos del cambio climático sobre la degradación y desertificación de las tierras a través de la generación de capacidades;

Identificación y promoción de métodos sustentables y adaptables de utilización de los ecosistemas, con el fin de reducir la pobreza y la degradación ambiental al tiempo que se logra un desarrollo sustentable;

Identificación de caminos hacia un mundo neutral en materia de degradación del suelo: mediante la disminución de los procesos de degradación y el aumento de las actividades de restauración, el objetivo es mantener y mejorar la cantidad y calidad de tierras productivas.

Participação do Brasil: Realização de dois sides events:

Side Event 1:

KNOWLEDGE MANAGEMENT FOR SUSTAINABLE USE OF RESOURCES OF NATURAL LANDSCAPES PROMOTING AN APPLICATION MODEL OF SYNERGY BETWEEN THE RIO CONVENTIONS—MINISTRY OF ENVIRONMENT, BRAZIL

Sustainable Forest Management plans are gradually becoming part of the natural landscapes of Brazilian semiarid. Their dissemination represents an opportunity to improving local people's livelihoods, while granting greater chances to enhance the semi-arid rich biodiversity and the continuity of ecosystem services. Brazil's National Action Program to Combat Desertification considers SFM modalities essential as working tools for land use planners, agronomists, foresters and farmers that work in the region and are helping to develop sustainable natural resources through traditional and improved best practices for Land Management Systems. Integrated Natural Resources Management greatly benefits from SFM practices which take into account nature's need for renewal and ecosystems stability, together with satisfying people's basic needs. Successful experiences are a source of inspiration for rural dwellers, farmers and technical officers as well. Forestry, agriculture, animal husbandry and cottage industries compose the backdrop of semi-arid areas in Brazil, and SFM has an opportunity to intertwine with natural landscapes, to arrest land degradation and the erosion of biodiversity. SFM supports sustainable fuelwood production, that is essential for the region's energy matrix, animal husbandry, wild fruit production, honey and a long list of non-timber forest products. These approaches are also helpful to the wider public opinion to understanding fuelwood economics. The utilization of wood for fuel is widespread, and it is estimated to make 30% of the energy matrix of Brazil's Northeast region.

SFM greater dissemination could allow forestry to become a source of employment and income in vast economically depressed areas. It is estimated that in the semi-arid, fuelwood production generates over 700 thousand jobs during the dry season. Almost 400.000 hectares of dryland forests are conducted under SFM plans in the Brazilian semi-arid, contributing to mitigate land degradation and the erosion of biodiversity. Otherwise research results support SFM, reinforcing the practice as a pioneering example of good forestry as attested by the monitoring of forest stands under the SFM network “REDE de Manejo da Caatinga”(http://www.rmfc.cnip.org.br/) that have been carried out over 20 years by a network of field stations.

Side Event 2:

PROGRAMA PROSPERAR – FORMULATION OF A LAND CONSERVATION PROGRAMME, BASED ON THE BRAZILIAN BASE--ZERO CONCEPT, AIMED AT RECOVERING THE ORGANIC STRUCTURE, BIOACTIVITY AND THE PRODUCTIVITY OF DEGRADED SOILS IN THE CAATINGA BIOME IN THE STATE OF PERNAMBUCO, BRAZIL—MINISTRY OF ENVIRONMENT, BRAZIL

Water scarcity prevails in large land swathes of the Brazilian semi-arid, a vast region of Brazil encompassing 11 federal states, 38 million inhabitants and an extension in excess of 1,5 million km² and 1490 municipalities. The Brazilian semi-arid represents 17% of Brazil's land extension. The Prosperar Programme promotes the idea of integrating and disseminating land use best conservation practices throughout the Brazilian semi-arid. It emphasizes best practices for land use and conservation, that are renowned for their simplicity, low installation costs, validated performances and easy to apply throughout diverse environmental conditions, mostly marked by low and irregular precipitation. Amongst the opportunities to enhance water collection in the Brazilian semi-arid, the system called "Base Zero Concept" has called public attention for its easiness to complying with the above-mentioned requisites for its installation. The Base Zero Concept practically refers to installed underground dams shaped like a lying Roman arch. These structures besides having a low installation cost helps underground water accumulation

without the risk of salinization and increased evaporation, conditions that affect most dams in dry areas. The construction of the lying Roman arc does not require the application of mortar neither excavations. The Base Zero Concept provides that " in order to obtain the permanent maximum use of incident energy in a given agricultural area, it is necessary to adjust the conditions of the land to natural flows of water, favoring its retention without causing salinization and optimizing the use of biomass and elements of the soil . " The building of dams without taking into account natural conditions of the terrain such as declivity and vegetation are not helpful in face of heavy rains, and on the contrary in some places even aggravate the problems due to the phenomenon of salinization of backwaters. Dams shaped according to the lying Roman arch model are made with local stones and arranged through pure compression. The dams are coupled in series, end up forming plateaus due to the natural erosion caused by rain in the adjacent slopes. These plateaus are fertile, allowing normal agricultural production, because the water that flows quickly is stored much longer in them, due to the slow percolation through the soil and geological fractures immediately below and can be used throughout the year. The BZC could be replicated on a basis of 3 to 4 units per hectare and its dissemination can rely on local human resources and facilities and it brings the prospect of reducing land reclamation costs and avoiding water waste through intensive labor utilization of rural communities throughout the Brazilian semi-arid.

c) 13ª Reunión del Comité de Examen de la Aplicación de la Convención (CRIC 13)

Data: 23 a 27 de março de 2015

Local: Bonn - Alemanha

Descritivo:

d) Reunião ECONORMAS

Data: 2 a 4 de março de 2015

Local: Rio de Janeiro

Descritivo:

e) 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação

Data: 5 de março de 2015

Local: Brasília - DF

Descritivo:

f) Três Cursos para formação técnica em Barramentos Base Zero

Data: maio/junho de 2015

Local: Centro Xingó e/ou outro local a definir

Descritivo: No âmbito do BRA/PNUD/07/018

g) Dia Mundial de Combate à Desertificação

Data: 17 de junho de 2015

Local: a definir

Descritivo: Entrega do Prêmio Dry Champions da UNCCD e outras atividades comemorativas

h) Reunião das Câmaras Técnicas da CNCD

Data: a definir

Local: a definir

Descritivo:

3.3. ATIVIDADES PREVISTAS PARA 2º SEMESTRE / 2015

a) Oficina - ECONORMAS

Data: Julho/2015

Local: Irauçuba - CE

Descritivo:

- Apresentação e discussão dos resultados do Projeto de Intervenção ECONORMAS em Irauçuba/CE;

- Vídeo sobre as ações do projeto ECONORMAS

b) Talher Regional - ECONORMAS

Data: Agosto/2015

Local: Brasília / DF – Sede do IICA

Descritivo:

- Apresentação e discussão dos resultados do Projeto de Intervenção
ECONORMAS

- Feira de Intercâmbio de Experiências

c) Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação

Data: a definir

Local: a definir

Descritivo: Preparatória para COP 12

d) 12ª Conferência das Partes da UNCCD – COP12

Data: setembro/2015

Local: Turquia

Descritivo:

Participação do Brasil:

**e) Seminário internacional sobre manejo e conservação visando a
sustentabilidade dos sistemas produtivos nas ASD**

Data: a definir

Local: a definir

Descritivo:

Participação: INSA, PNUD, IICA, FAO, UPM, instituições de ensino e pesquisa das
ASD entre outros

| Id | Nome da tarefa | Início | Término | 2015 | | | | | | | | | | | |
|----|--|--------------|--------------|------|-----|-----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | | | Jan | Fev | Mar | Abr | Ma | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| 1 | Planejamento do DCD/SEDR/MMA de 2015 | Qua 25/02/15 | Ter 24/11/15 | | | | | | | | | | | | |
| 2 | ATIVIDADES PREVISTAS PARA 1º SEMESTRE / 2015 | Qua 25/02/15 | Ter 30/06/15 | | | | | | | | | | | | |
| 3 | Seminário Nacional: Combate à desertificação, degradação da terra e convivência com a semiaridez para re | Qua 25/02/15 | Qui 26/02/15 | | | | | | | | | | | | |
| 4 | 3ª Conferência Científica da UNCCD: | Seg 09/03/15 | Qui 12/03/15 | | | | | | | | | | | | |
| 5 | 13ª Reunión del Comité de Examen de la Aplicación de la Convención (CRIC 13) | Seg 23/03/15 | Sex 27/03/15 | | | | | | | | | | | | |
| 6 | Reunião ECONORMAS | Seg 02/03/15 | Qua 04/03/15 | | | | | | | | | | | | |
| 7 | 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação | Qui 05/03/15 | Qui 05/03/15 | | | | | | | | | | | | |
| 8 | Três Cursos para formação técnica em Barramentos Base Zero | Sex 01/05/15 | Sex 29/05/15 | | | | | | | | | | | | |
| 9 | Dia Mundial de Combate à Desertificação | Qua 17/06/15 | Qua 17/06/15 | | | | | | | | | | | | |
| 10 | Reunião das Câmaras Técnicas da CNCD | Qua 01/04/15 | Ter 30/06/15 | | | | | | | | | | | | |
| 11 | ATIVIDADES PREVISTAS PARA 2º SEMESTRE / 2015 | Qui 16/07/15 | Ter 24/11/15 | | | | | | | | | | | | |
| 12 | Oficina - ECONORMAS | Qui 16/07/15 | Sex 17/07/15 | | | | | | | | | | | | |
| 13 | Taller Regional - ECONORMAS | Qui 27/08/15 | Sex 28/08/15 | | | | | | | | | | | | |
| 14 | Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação | Seg 28/09/15 | Seg 28/09/15 | | | | | | | | | | | | |
| 15 | 12ª Conferência das Partes da UNCCD – COP12 | Seg 12/10/15 | Sex 23/10/15 | | | | | | | | | | | | |
| 16 | Seminário internacional sobre manejo e conservação visando a sustentabilidade dos sistemas produtivos na | Seg 23/11/15 | Ter 24/11/15 | | | | | | | | | | | | |

Projeto: Produto1-IABS
Data: Sex 06/03/15

Tarefa



Etapa



Tarefas externas



Divisão



Resumo



Etapa externa



Andamento



Resumo do projeto



Data limite



PRODUTO P4.3 da Atividade A4.3 - Artigos Publicados:

**RELATÓRIO DA REUNIÃO PREPARATIVA E
DE ALINHAMENTO COM O CDS/UnB SOBRE O
APOIO E PUBLICAÇÃO DA REVISTA
SUSTENTABILIDADE EM DEBATE
RELACIONADO A TEMÁTICA DO COMBATE À
DESERTIFICAÇÃO**

Brasília D.F.

Fevereiro de 2015



Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade

IABS – Agencia Implementadora

Carta de Compromisso Nº 215004, assinada entre o IICA, o MMA e o IABS

Reunião com o CDS/UnB sobre a Revista Sustentabilidade em Debate

Data: 9 de fevereiro de 2015

Hora: 10:00 h

Lugar: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

Sumario

| | Pág. |
|-----------------------------------|------|
| PARTICIPANTES | 3 |
| PONTOS DE PAUTA | 3 |
| ASSUNTOS TRATADOS | 3 |
| CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS..... | 5 |
| ANEXOS | 6 |

PARTICIPANTES

Marcel Bursztyn - Economista, PhD. Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

marcel@cds.unb.br

Luís Tadeu Assad - Doutor em Desenvolvimento Sustentável – Diretor Presidente de IABS

assadmar@iabs.org.br

Angela López – Est. Mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Humano e Cooperação – Assessora de Diretoria

angela@iabs.org.br

PONTOS DE PAUTA

Apoio e publicação na Revista Desenvolvimento em Debate

ASSUNTOS TRATADOS

Apoio e publicação na Revista Desenvolvimento em Debate

Tadeu Assad inicia a reunião fazendo referência às atividades e produtos estabelecidos no Objetivo 4 do PCT BRA/IICA/14/001 e IABS como Agência Implementadora. Apresenta a Angela López como pessoa do Instituto que realizará o seguimento ao PCT e continuará o contato referente ao tema da revista.

Posteriormente continua com a relação da forma e projetos que vão apoiar conceitual e financeiramente a elaboração da revista *Sustentabilidade em Debate* da Universidade de Brasília, especificamente faz referência ao programa DEFCA (R \$ 30.000 aproximadamente) e o PCT IICA (R \$ 20.000).

Marcel Bursztyn explica a estrutura e conteúdo da Revista, fazendo referência às três publicações anuais a considerar: abril, agosto e dezembro, o processo de revisão por pares, as políticas de seção e o Conselho Editorial sendo integrado por doutores de Universidade de Brasília e colaboradores acadêmicos externos, e que preside é o professor José Augusto Drummond da Universidade de Brasília. Ao respeito, faz as seguintes considerações:

Autores e textos

Os autores de artigos e outros textos podem ser cientistas que trabalhem em qualquer lugar do mundo. Todos os textos serão avaliados por pares e precisam obedecer aos critérios usuais adotados em publicações científicas de alta qualidade - originalidade, solidez metodológica, relevância, uso de dados confiáveis, divulgação de resultados de pesquisa, uso de fontes atualizadas etc.. Na política editorial da Sustentabilidade em Debate estão incluídas também as exigências éticas usuais em publicações científicas.

Idiomas

Todos os artigos que pretendem ser publicados nos dossiês temáticos de cada edição podem ser submetidos nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Artigos que não pretendam integrar os dossiês e textos de outras seções também podem ser submetidos em língua portuguesa, espanhola ou inglesa.

Interdisciplinaridade

Todos os textos submetidos devem adotar abordagens, conceitos e metodologias interdisciplinares, coerentes com a complexidade dos temas ligados à sustentabilidade.

A revista *Sustentabilidade em Debate* é uma publicação de acesso aberto ao público e disponível em português e inglês de forma impressa e eletrônica a través do website <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/>. A SeD está incluída em alguns importantes indexadores nacionais e internacionais e se encontra na categoria B2.

Se compõe pelo seguinte material de publicação:

- Dossiê, artigos científicos com revisão estrita do comitê editorial.
- Resenhas, correspondente a livros publicados o a publicar.
- Debate, registro documental elaborado a partir de um evento onde participam em um diálogo temático várias pessoas.
- Entrevista, registro documental elaborado entres duas pessoas utilizando o método de perguntas e respostas.
- Galeria, em relação aos registros fotográficos com texto explicativo associado ao contexto onde foi captada a imagem.
- Artigos ou ensaios com o tema sustentabilidade em diversas dimensões: ambiental, social, econômica, cultural, institucional e outras.

Entre as questões a considerar no patrocínio e a elaboração de artigos para a Revista, se tem:

- O uso do Manual de Identidade Visual elaborado pelo IABS, seguindo as pautas estabelecidas na carta de compromisso do PCT BRA/IICA/14/001 e IABS como Agencia Implementadora.
- Serão realizados os respectivos créditos na folia do expediente.
- Nas publicações do mês de abril o agosto pode ser incluído na seção de Galeria material de produtos de projetos desenvolvidos por IABS sobre o semiárido o do Centro Xingo.
- Além das publicações quadrimestrais pode ser elaborada uma publicação especial “*special issues*” ao final do ano sobre a Convivência com o Semiárido e o Combate à desertificação, não requerendo a rigorosidade dos arquivos científicos.

CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

- Conversar com Gabriela Little para a definição de temáticas do dossiê, prazos e chamadas para publicações.
- Agendar reunião com Marcel Bursztyrn para o dia 11 de fevereiro para conversar sobre o comitê editorial dos livros e agregação de valor nas publicações para o melhoramento da qualidade e avaliação de categoria.

ANEXOS

- Edição da Revista *Desenvolvimento em Debate*, como exemplo.